

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**Dispõe sobre jornada de trabalho nas contratações pelo Poder Público de fornecimento de mão-de-obra ou de serviços.**

**A Câmara Municipal de Vitória DECRETA:**

**Art. 1º** Fica proibida, nos contratos firmados pelo Poder Público Municipal de Vitória para fornecimento de serviços ou de mão-de-obra, a execução de escala de trabalho com apenas um dia de repouso semanal.

**Art. 2º** Nos contratos firmados pelo Poder Público Municipal de Vitória para fornecimento de mão-de-obra ou serviços, é obrigatória cláusula que estabeleça que a execução do objeto dar-se-á por trabalhadores com jornada de até 40 horas semanais, assegurados dois dias de repouso semanal remunerado, sendo, ao menos um dia, sábado ou domingo.

**Parágrafo primeiro:** É facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

**Parágrafo segundo:** É proibida a redução de salários em vigência em razão do disposto no caput deste artigo.

**Art. 3º** Os contratos firmados pelo Poder Público Municipal de Vitória para fornecimento de serviços ou de mão-de-obra deverão conter cláusula que estabeleça o dever do contratado

de:  
I. Apresentar acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho ou norma interna em que esteja prevista a jornada de trabalho reduzida;  
II. Fornecer relatórios semestrais de conformidade com especificação da jornada de cada empregado, com dados anonimizados.

**Art. 4º** Os instrumentos de chamamento público dos processos licitatórios deverão conter a exigência do disposto no art. 2º.



**Art. 5º** Até o decurso do prazo de que trata o art. 6º, poderão ser firmados contratos com jornadas distintas das previstas nesta Lei, desde que a publicação dela tenha ocorrido após a publicação do instrumento de chamamento público da licitação correspondente.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor em 180 dias após a data de sua publicação.

**Justificativa:**

O presente Projeto de Lei, tem por objetivo promover práticas laborais que assegurem a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores de Vitória.

De acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha, 64% da população brasileira apoia o fim da escala 6x1. Esse dado reflete o desejo da sociedade por mudanças no modelo de jornada de trabalho, que priorizem a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores.

Enquanto países como Islândia e Nova Zelândia demonstram que jornadas flexíveis são possíveis e produtivas, o Brasil ainda enfrenta desafios para repensar modelos tradicionais. A escala de trabalho 6x1, amplamente adotada em diversos setores, tem se mostrado prejudicial, comprometendo o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, além de ser uma das principais causas de esgotamento físico e psicológico.

Estudos apontam que jornadas longas aumentam significativamente o risco de problemas de saúde mental, como estresse crônico, ansiedade e síndrome de burnout. Além disso, práticas laborais mais equilibradas têm se mostrado benéficas não apenas para os trabalhadores, mas também para as empresas e para o setor público, que se beneficiam de maior produtividade e menor absenteísmo.

Ao implantar essas práticas nos contratos firmados pelo município de Vitória, o poder público se posiciona como um agente de transformação social, promovendo condições de trabalho mais justas e sustentáveis. Esta medida é fundamental para alinhar a gestão pública às demandas da sociedade por mais qualidade de vida no trabalho.

**Vitória, Palácio Atílio Vivácqua, em 22 de janeiro de 2025.**

**Professor Jocelino - PT**



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200390034003300310032003A005000

Assinado eletronicamente por **Jocelino da Conceição Silva Júnior** em 25/02/2025 19:25

Checksum: **54DD15F690040A1663D970EED974D880E437E39083EB1212AFD5A947F486345E**



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/autenticidade> com o identificador 3200390034003300310032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.